



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Identificação: Projeto de Lei nº. 411/2024

Assunto: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento para viabilizar Aplicação dos Recursos advindos da Lei Aldir Blanc, e dá outras providências.

Autoria: Chefe do Executivo.

Sobre o **Projeto de Lei nº 411/2024**, de autoria do Chefe do Executivo, que *Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento para viabilizar Aplicação dos Recursos advindos da Lei Aldir Blanc, e dá outras providências*, submetido à análise em por esta comissão permanente, conclui-se que:

A Lei 4.320/64, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal assim disciplina:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.



CÂMARA DE VEREADORES DO

XEXÉU

CASA LEGISLATIVA JOSÉ FILGUEIRAS

Verifica-se que as despesas não estavam previstas originalmente na Lei Orçamentária, precisando de orçamento para serem executadas.

Infere-se que o Projeto de Lei é de autoria do Chefe do Poder Executivo que constatou a necessidade de adequações na Lei Orçamentária para viabilizar a aplicação dos recursos advindos da Lei Aldir Blanc.

Por fim, verifica-se que o autor da proposta indica ainda as fontes de recurso disponível utilizadas para ocorrer à nova despesa, dando cumprimento ao que preconiza o art. 43 da supracitada Lei:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a



CÂMARA DE VEREADORES DO

XEXÉU

CASA LEGISLATIVA JOSÉ FILGUEIRAS

diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)


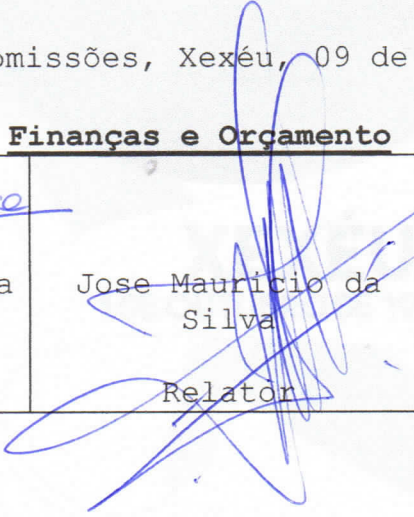

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Ante o exposto, com a aquiescência dos demais componentes, a relatoria da presente Comissão Permanente abaixo elencada emite **PARECER FAVORÁVEL** à proposição em epígrafe, julgando-a apta a ser apreciada pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, Xexéu, 09 de dezembro de 2024. ✓

Finanças e Orçamento

 Domingos Leandro da Fonseca Junior Presidente	 Jose Mauricio da Silva Relator	 Max Saturno da Costa Membro
--	--	--

XEXEU

CÂMARA DE VEREADORES DO XEXEU
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
ESTADO DE PERNAMBUCO
Casa Legislativa José Figueiras
Rua da Alegria, 41 - Centro
Xexeu - PE - CEP: 55.555-000
REJEITADO EM _____

CÂMARA DE VEREADORES DO XEXEU
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
ESTADO DE PERNAMBUCO
Casa Legislativa José Figueiras
Rua da Alegria, 41 - Centro
Xexeu - PE - CEP: 55.555-000
APROVADO EM 09 / 12 / 2024

[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]

Ricardo Venâncio Zaneto

[Handwritten signature]